

Marcha para o Oeste, as vantagens de atravessar a fronteira.

A salvo de impostos, falta de financiamento e juros altos agricultores brasileiros prosperam nas terras férteis paraguaia.

ANTÔNIO JOSÉ DO CARMO/AE

Paraguai. Essa é a nova fronteira agrícola do Brasil. Para fugir dos impostos, taxas, serviços e falta de financiamento, milhares de agricultores brasileiros estão atravessando a fronteira em busca de trabalho, produção e prosperidade. E estão conseguindo.

As colônias de brasileiros não param de crescer. O governo paraguaio faz vistas grossas à legislação estrangeira, facilitando a vida dos imigrantes que muitas vezes vão ficando no país, mesmo em situação burocrática irregular. Aos que já aceitaram a nova nacionalidade para trabalhar no campo, o país oferece vantagens econômicas irresistíveis.

A reforma agrária deles dá terra fértil por Cr\$ 50 mil o hectare e cinco anos para pagamento. Há luz elétrica em abundância, com Itaipu operando integralmente. O preço de consumo é 30% menor que o cobrado em São Paulo. E os agricultores não estão pagando nada pela implantação das redes rurais que levam a energia à porteira das propriedades. O banco Nacional de Fomento financia a lavoura com 3% de juros ao ano, mais índice de inflação, que para a safra passada foi de 1,8%. O agricultor leva do banco metade do valor real da alta que possui em seu nome. "É o paraíso agrícola", diz João Moreno, 29 anos, um dos lavradores que agora só visita o Brasil a passeio.

"Bóias-frias" ganham mais com safra paraguaia

O primeiro sinal de que a agricultura vem crescendo no Paraguai está na falta de mão-de-obra para a colheita do algodão. Essa cultura chegou com os imigrantes paulistas e paranaenses. Só na região de Capitão Bado, perto da fronteira com o Mato Grosso do Sul, mais de mil "bóias-frias" brasileiros foram ajudar a colher a safra desse ano, ganhando 30% a mais que no Brasil.

Centenas deles saíram da cidade paulista de Buritama, região de Araçatuba, no Estado mais rico do Brasil. A Prefeitura calcula em 2 mil o número de desempregados no município. O motivo é a redução em 40% da área agrícola em toda a região. Para combater a fome, um caminhão de Defesa Civil distribui soja e pão nos bairros mais pobres.

No Paraguai, o agricultor brasileiro João Dameto descobriu que os "bóias-frias" de Buritama, excelentes colhedores de algodão, estavam precisando de trabalho. Sua lavoura em Cerro Cuatiá está 1.200 quilômetros distante de Buritama. Mas a proposta de pagar Cr\$ 300,00 pela arroba de algodão colhida atraiu os buritamenses. Quatro grupos viajaram 60 horas em banco de madeira, na segunda-classe do trem da Rede Ferroviária Federal, até chegar a Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia que faz fronteira com o Brasil em Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul.

A colheita agora está quase no fim. Alguns já voltaram. Outros pensam em ficar nas colônias de brasileiros. João Luiz dos Santos, 23 anos, e Hélio Francisco Urbino, 31, dizem que conseguiram economizar Cr\$ 118 mil em um mês de trabalho. De volta a Buritama, eles exibem roupas novas. João Luiz calça um tênis chinês e uma camisa "Christian Dior". Comprou oito delas por apenas Cr\$ 9 mil. No ano que vem, com certeza eles estarão no Paraguai para ficar pelo menos 90 dias colhendo algodão.

Em Cerro Cuatiá ainda permanecem 35 trabalhadores de Buritama. Uns moram em casas emprestadas pelos donos das lavouras, outros se instalaram em currais de gado, abandonados com a chegada da agricultura.

Alexandre Martinez Ocampos, policial titular do vilarejo, diz que os brasileiros são bem-vindos, embora alguns causem problemas. Duas famílias paraguaias se queixaram a ele do desaparecimento de duas adolescentes de 15 anos. Elas teriam fugido com os rapazes que vieram trabalhar na colheita. Outros, segundo Martinez, se envolvem com roubos, tráfico de maconha e acabam desaparecendo do grupo. Para colher algodão os imigrantes não precisam de autorização especial. Há pelo menos mais dois meses de trabalho em Cerro Cuatiá. Gerônimo do Amaral, 57 anos, a mulher Carmosa Pereira, de 41, e dois filhos menores querem ficar no Paraguai. Voltar para Buritama eles acham que vai ser pior: "Aqui", diz ele, "pelo menos tem trabalho".

Cr\$ 50 mil por hectare, cinco anos para pagar.

Sorte mesmo teve a família de Moisés Coinete dos Santos, 20 anos. Ele mora há cinco anos na fronteira e trabalha em roças paraguaias, cultivadas por brasileiros. Ainda este ano ele vai trabalhar em terra própria. Seu pai, Alcides Coinete Bueno, 54 anos, acaba de ser contemplado com um lote de 25 hectares oferecido pelo governo paraguaio, perto de Capitão Bado. A família vai pagar Cr\$ 50 mil por hectare e tem prazo de cinco anos para pagar a dívida. Moisés acha que será possível pagar a terra com o lucro da produção, sem comprometer a sobrevivência da família.

De um lado Capitão Bado, do outro, Coronel Sapucaia. Um canteiro no meio da avenida separa a cidade paraguaia da brasileira. Juntas somam mais de 40 mil habitantes. Não há muita infraestrutura pública, esgoto ou asfalto. Mas a aviação regional estrangeira — Transportes Aéreos Militares — usa a pista de grama do lado brasileiro para duas escalas semanais. Vôos sempre lotados. O lugar tem muita importância econômica.

Do lado estrangeiro existem três grandes silos graneleiros particulares, com capacidade para mais de 50 mil toneladas. "Não se trata de contrabando de safras brasileiras", diz o comerciante de Sapucaia. José Spíndola, 27 anos, há mais de duas décadas morador daquela cidade. Segundo José "a agricultura no Paraguai está se ampliando rapidamente".

LUZ, TELEFONE E ANTENAS EM NOVA ESPERANÇA

Nordeste paraguaio, a 500 quilômetros da capital, Assunção, já existe mais de uma dezena de colônias de brasileiros. A mais antiga delas é Nova Esperança. Começou a ser formada na década de 70 e reúne imigrantes do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Cultiva-se algodão e arroz, numa área de 20 mil hectares. As pequenas propriedades — de 10 a 100 ha — foram adquiridas do governo e agora valem metade do preço das melhores terras brasileiras, próprias para agricultura. Os colonos construíram eles mesmos escolas, igreja e mercados. Todos têm luz elétrica, alguns têm telefone e, uns poucos, antenas parabólicas.

O solo é fértil. Para quem entende, basta dizer que quando chove é preciso usar uma faca para tirar o barro que se acumula nos sapatos. Em Nova Esperança, quase ninguém usa fertilizantes e, no caso do algodão, o controle sanitário também é mais econômico porque lá ainda não existe o "bicudo", que pode destruir até 20% da lavoura.

Juros de 3% ao ano

No começo eram 400 famílias mas, segundo o líder Luciano Mauro, 42 anos, já são mais de 600. Há sempre aqueles que não produzem, ficam endividados, mas há sempre muita gente interessada em adquirir terra naquela região. Luciano diz que visita uma vez por ano seus

parentes, que ainda trabalham em lavouras no Paraná. "Toda vez que volto" — diz de — "tenho a impressão de que não vale a pena ser agricultor no país onde nasci. Eles pagam muito imposto e os juros bancários são impraticáveis para a agricultura". Na safra passada ele tomou 3 milhões de guaranis emprestados do Banco Nacional de Fomento do Paraguai, com juros de 3% ao ano. Plantou 10 hectares de algodão no começo deste ano mas faltou chuva e a produtividade caiu pela metade. Mesmo assim colheu 106 arrobas por hectare e esteve dentro da média colhida também no Interior de São Paulo. Vai pagar as dívidas e ter lucro de 35%. "Se fosse no Brasil, estaria quebrado", afirma.

Na segunda semana de maio, o algodão no Brasil foi vendido pelo produtor a Cr\$ 1.600,00 a arroba, contra Cr\$ 1.976,00 no Paraguai. A diferença é de apenas 16% mas, segundo Luciano, há produtos com diferença de até 50%.

Enquanto os paulistas gastaram 15% do faturamento com os "bóias-frias", os paraguaios deixaram 26,78% da receita com os trabalhadores. Apesar disso, nas contas do agrônomo João Carlos Berthola, da Casa da Agricultura de Andradina (SP), as perspectivas de prosperidade são bem mais vantajosas no Paraguai. Enquanto aqui o produtor precisa de 243 arrobas para comprar 1 hectare de terra, que vale Cr\$ 1 milhão, lá ele precisa só de 94 arrobas porque o hectare custa em média Cr\$ 450 mil.

João Moreno, 29 anos, montou uma casa de secos e molhados na vila de Nova Esperança e está criando 80 cabeças de gado nos 33 alqueires de sua propriedade. João é casado e pai de dois filhos menores. Um deles está na escola, já fala e escreve a língua do país estrangeiro. Os professores evitam ir a fundo nas aulas de história para não estimular rancores que persistem há 120 anos entre os dois países. Bem perto dali, em Cerro Corá, um soldado brasileiro matou o ex-presidente Solano Lopes. Ninguém gosta de lembrar aquela que foi a batalha mais sangrenta da história da América do Sul.

Moreno não vê problemas em morar no Paraguai. Não tem permissão para ficar no país permanentemente mas toca seus negócios normalmente, na base da camaradagem. Antes, era mais fácil obter a documentação. Agora o Paraguai faz mais exigências, como a de verificar o comportamento dos imigrantes antes de liberar a permanência definitiva.

Energia barata

João Moreno só não quer é voltar para o Brasil. Principalmente agora, que muitas dificuldades de implantação da colônia foram superadas. Há luz elétrica em abundância. O governo está levando as redes de alta tensão para todas as propriedades rurais, sem ônus para os proprietários. O beneficiado só paga a instalação do sistema-padrão de recebimento da energia.

No armazém do João, a conta de consumo de eletricidade no mês passado foi de 31.859 guaranis para os 357 quilowats que gastou. Isso equivale a Cr\$ 20,99 o quilowatt, ou seja, 24,9% mais barato que a mesma quantidade consumida em São Paulo. A diferença aumenta quando o consumo é maior porque, no Brasil, muitas empresas, como a CESP, cobram taxas progressivas.

E, sem política do "arroz e feijão", são esses os produtos mais baratos na mesa dos que moram no Paraguai. Arroz, no mercadinho do João, custa Cr\$ 160,00 o quilo e o feijão, Cr\$ 230,00.

Colaborou Roselana de Aguiar/AE